



Ata dos trabalhos da Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Nova Lima. No dia dezoito de dezembro de dois mil e dezoito, às nove horas e quinze minutos, reuniu-se a Câmara em sua Sede, achando-se constituída a Mesa pelos senhores vereadores: José Guedes – Presidente, Álvaro Alonso Perez Morais de Azevedo – Vice-Presidente e Alessandro Luiz Bonifácio – 1º Secretário. O Senhor Presidente solicitou a chamada dos vereadores presentes; constatando-se a existência de número legal conforme as assinaturas apostas no livro próprio, verificando-se a presença de todos os vereadores. O Senhor Presidente, sob a proteção de Deus e em nome do povo novalimense, declarou aberta a reunião e, em seguida, convidou todos para, de pé, ouvir o Hino Nacional. Vereador Silvânio Aguiar Silva: “Senhor Presidente”. Senhor Presidente: “primeiramente eu gostaria de dar um aviso, eu marcarei duas reuniões extraordinárias, dia vinte e um do doze e vinte e seis do doze, às nove horas. Com a palavra o vereador Silvânio Aguiar”. Vereador Silvânio Aguiar Silva: “Senhor Presidente, senhores vereadores, público presente. Eu gostaria de solicitar, Senhor Presidente, um minuto de silêncio aqui, em respeito à família enlutada do senhor Antônio, mais conhecido como Toninho do Quiosque, que faleceu ontem, é filiado ao Solidariedade e eu gostaria de pedir esse respeito para a família dele”. Senhor Presidente: “concedido”. Decorrido um minuto, vereador Silvânio Aguiar Silva: “Senhor Presidente, muito obrigado”. Vereador Wesley de Jesus Silva: “pela ordem, Presidente. Eu quero usar aqui do meu tempo como líder de partido, porque aí eu posso sair um pouco da pauta, mas não de assuntos de interesse dessa Casa. Nós votamos



nessa Casa, há quinze dias ou alguns dias atrás, a lei 1.728, que dispõe sobre os loteamentos de acesso controlado e dá outras providências, das portarias. Ontem, conversando com um amigo, colega de profissão, ele me reportou uma coisa que me chamou muito a atenção, eu fui até à lei verificar como ela foi aprovada e de fato também entendi que cabe dupla interpretação. O que esse amigo me reportou? Existem hoje dezenas de áreas institucionais e áreas verdes dentro dos condomínios, avaliadas em, aproximadamente, cento e trinta milhões de reais essas áreas, todas do município, inclusive já existiu projeto do atual secretário, do ex-secretário de planejamento, no intuito de vender essas áreas porque são áreas que pertencem ao município, as áreas institucionais avaliadas, volto a repetir, em cento e trinta milhões. Dentro do projeto de lei que iria regulamentar e regularizar as portarias, no artigo primeiro, parágrafo quarto, foi assim posto: ‘quando da aprovação do loteamento de acesso controlado, o sistema viário, as áreas verdes e as áreas institucionais passarão para o domínio do Município, devendo o uso privativo destes locais ser outorgado mediante Concessão de Direito Real de Uso em favor do loteador ou Entidade representativa devidamente instituída, nos termos do art. 36-A da Lei Federal nº 6.766/79, em caráter não exclusivo’. O entendimento desse meu colega é o seguinte: ‘olha, as áreas que são institucionais passam agora, o prefeito deve outorgar o uso privativo do loteador ou das instituições’. É uma interpretação. O artigo, eu entendo que talvez possa caber essa interpretação. Esse amigo advoga para alguns condomínios. Então, eu venho aqui, publicamente, pedir ao prefeito que vete, no mínimo, esse parágrafo para a gente evitar qualquer tipo de



prejuízo ao erário público como a lei que foi aprovada aqui que, infelizmente, por mim passou despercebido e tenho certeza que tenha passado despercebido por alguns colegas. Então, eu venho em público pedir ao prefeito que quanto a esse parágrafo, para não gerar nenhuma discussão futura quanto à possibilidade de passar áreas institucionais no montante de quase cento e trinta milhões para empreendedores, que esse parágrafo venha a ser vetado”. Senhor Presidente: “eu vou agradecer ao senhor por ter alertado, realmente a Câmara passou batido nisso aí, área institucional pertence ao município, não aos condomínios, aos proprietários das terras. Então, tem que ficar vigilante realmente, houve aqui, passaram batido, praticamente todos os vereadores porque esse artigo aí é muito grave. Eu também quero reforçar, já mandar o recado para o prefeito vetar e a Câmara manter o veto. Obrigado. Infelizmente, no Brasil, as coisas só correm para o mar, vai um pobre pedir um terreninho, é a maior dificuldade, as casas populares são a maior dificuldade. Então, eu não concordo também com isso não. Com a palavra o vereador Álvaro Azevedo”. Vereador Álvaro Alonso Perez Morais de Azevedo: “o autor desse projeto sou eu, como todos sabem. Esse projeto para ser elaborado foi realizada Audiência Pública, eu não me recordo quem participou, mas alguns vereadores se fizeram presentes aqui na Casa, abril ou maio deste ano. Depois da Audiência Pública, para intensificar e aprimorar o processo de consulta popular, nós percorremos alguns condomínios para ouvir melhor a população. As pessoas que quiseram fazer sugestões no texto, no conteúdo do projeto, tiveram a oportunidade, de forma, inclusive, demasiada. Foi feita revisão, enfim, finalizou-se então o texto com a



participação maciça das pessoas envolvidas, interessadas. Esse projeto tramitou pelas comissões daqui da Casa, por três comissões, ele foi aprovado em primeiro turno, em segundo turno, respeitando todo o processo legislativo. Em momento algum a intenção desse projeto é dar essa interpretação trazida pelo líder. Já que houve essa interpretação, eu não tenho problema nenhum em rever, não tenho dificuldade não porque, inclusive, não é um dos objetivos desse projeto. Agora, Presidente, a fala do senhor é muito provocativa, quando o senhor fala que no Brasil como é que é, a água corre para o mar?”. Senhor Presidente: “no Brasil a água só corre para o mar. Eu nem sabia que esse projeto era do senhor”. Vereador Álvaro Alonso Perez Morais de Azevedo: “não, independente de ser meu ou não, o projeto passou e o senhor votou esse projeto”. Senhor Presidente: “sim, erradamente. Errar é humano”. Vereador Álvaro Alonso Perez Morais de Azevedo: “que bom que o senhor reconhece que errar é humano”. Senhor Presidente: “é, uai”. Vereador Álvaro Alonso Perez Morais de Azevedo: “então, a minha sugestão, eu vou falar de uma forma genérica para não atingir a ninguém, que cada um se debruce sobre os projetos que tramitam nessa Casa, é papel de cada um ler, porque o projeto foi aprovado em dois turnos por unanimidade na Casa. Então, não vem agora tentar alfinetar, tentar trazer informação, como se eu tivesse algum tipo de interesse escuso por trás desse projeto porque não é, não houve e nunca haverá esse tipo de atuação por minha parte”. Vereador Flávio de Almeida: “o senhor me concede um aparte, vereador?”. Vereador Álvaro Alonso Perez Morais de Azevedo: “só para finalizar, vereador. Então, a sugestão que eu faço, inclusive a crítica trazida é bem



vinda, naturalmente, porque não há interesse qualquer nesse sentido, que pode ter havida essa dupla interpretação. Se houve, inclusive eu voto pelo veto porque não tem esse interesse, não tem dificuldade nenhuma. Mas que bom que nós fomos alertados, apesar de depois de votado e aprovado o projeto, repito, em dois turnos por unanimidade. Mas eu me comprometo, inclusive, a votar pelo veto desse artigo porque não tem esse tipo de interesse, os senhores não esperem de mim esse papel, não me presto a esse papel. Agora, para finalizar e passar o aparte para o vereador Flávio, atentem-se aos projetos, para depois não virem aqui ficar dando indiretas, cutucadas, porque, gente, aí não cabe isso aqui. Com o aparte, vereador”. Vereador Flávio de Almeida: “bom, vereador, fique tranquilo, descanse a sua cabeça. Isso é muito comum no final de ano, onde uma parte discorda de boa parte dos projetos que estão vindo, principalmente contra o servidor. Então, isso é muito comum, vir essas coisas para a Casa, para tentar dividir, para tentar colocar algo ruim em cima de um vereador para... Fique tranquilo. Uma Casa onde já doou terreno para empresa de cinco pessoas, gerava cinco empregos, os cinco eram parentes. E é do mesmo prefeito, 2001, 2002, 2003 e 2004. Era muita prática desta Casa fazer isso. E uma Casa onde negocia venda de rua, uma Casa onde fecham acordos com empresas de mineradoras para levar benefícios para si próprio. Então, fica tranquilo, descansa, sabe por quê? Isso é interpretação”. Vereador Álvaro Alonso Perez Morais de Azevedo: “exato”. Vereador Flávio de Almeida: “uma lei é interpretação, então, cada um tem a interpretação que tem. Eu tenho a minha interpretação, li e reli. Então, os outros têm que ter a deles mesmo.



Agora, quando passa em dois turnos, cria um negócio desses exatamente na reunião de hoje, é para tentar dividir, só isso”. Vereador Álvaro Alonso Perez Morais de Azevedo: “mas, posso?”. Vereador Flávio de Almeida: “é lógico”. Vereador Álvaro Alonso Perez Morais de Azevedo: “eu vou fazer melhor, para além. A gente não pode ser honesto, a gente tem que parecer honesto. Vamos fazer o seguinte, eu solicito formalmente, vou fazer formalmente, ao Ministério Público que me investigue. Eu vou solicitar ao Ministério Público para me ouvir, para me investigar e aí, pronto, além de eu continuar tranquilo, eu vou solicitar ao Ministério Público que o faça para que todos fiquem tranquilos. Quem tem peso na consciência não sou eu não, gente”. Vereador Flávio de Almeida: “mas para ser um país diferenciado, onde tudo está na balança, então que investigue todo mundo”. Vereador Álvaro Alonso Perez Morais de Azevedo: “melhor ainda”. Vereador Flávio de Almeida: “é o justo”. Vereador Álvaro Alonso Perez Morais de Azevedo: “melhor ainda”. Vereador Flávio de Almeida: “obrigado pelo aparte”. Vereador Tiago Almeida Tito: “Senhor Presidente”. Vereador Wesley de Jesus Silva: “Presidente, pela ordem, eu quero fazer uso da palavra”. Senhor Presidente: “eu gostaria, realmente, que em Nova Lima, o Ministério Público fiscalizasse tudo e julgasse tudo. A carapuça, a fala de certos vereadores aí não cabe em mim. Eu não voto nada aqui por interesse, tenho o nome limpo, tenho ficha limpa, eu voto de acordo com a minha consciência. Houve um erro, então, nós todos aqui somos culpados. Esse artigo, eu acho que é um absurdo, área institucional passar para condomínios. Passamos batido, é muita coisa que tramita aqui na Casa. Chegou em boa hora, nós vamos corrigir sim.



Eu nunca ouvi falar em uma coisa dessas. Agora, eu votei no passado para várias doações de terrenos que hoje estão dando emprego para Nova Lima. Ah, se não fossem aquelas doações do passado, empregando os pais de família. Então, para mim não serve isso aí. Nós vamos sim, realmente, corrigir isso aí, a Câmara tem a obrigação de corrigir isso aí. Cento e trinta milhões, foi feito um levantamento, cento e trinta milhões, por quê? Então, eu não estou aqui falando que A ou B enganou, eu estou dizendo que nós passamos batido. Jamais eu colocaria esse projeto aqui, sem alertar aos vereadores, se eu soubesse, é muita coisa. Congresso erra, Estados Unidos erram, todo mundo erra um dia. O difícil, o que não pode acontecer é permanecer no erro. Com a palavra o vereador Wesley”. Vereador Wesley de Jesus Silva: “primeiramente eu não acusei ninguém aqui de má-fé, eu não fiz acusações alegando má-fé de ninguém. Se as pessoas se sentiram ofendidas, eu não posso fazer nada, é cada um com a sua própria consciência. Eu estou alertando que, ainda pedi desculpa por ter votado sem fazer essa interpretação, porque cabe interpretação, essa é uma interpretação. Esse assunto estava em pauta por algumas pessoas há mais tempo. Não adianta falar: ‘ah, eu não sabia’. Isso estava em pauta no município há muito tempo, desde quando o prefeito cogitou a possibilidade de vender. Se foi má-fé ou se não foi má-fé de quem apresentou o projeto, certo é que está aqui dentro e cabe essa interpretação. E se ainda há tempo de consertar, cabe a nós, que somos vereadores, e a mim cabe isso, brigar para que não tenha essa dupla interpretação. Eu não posso permitir que o município de Nova Lima tenha prejuízos financeiros, eu não vou permitir isso, eu não posso ser conivente com isso. Então, se teve má-fé ou se



não teve, se teve lá gente querendo beneficiar grupos, eu não estou aqui para discutir isso, não me cabe discutir isso, cabe ver o fato concreto. O fato concreto cabe interpretação, pode passar cento e trinta milhões para a mão de empreiteiros, para a mão de ricos, de empreendedores. Isso nós não podemos permitir. Segundo, eu não vou admitir mais, já cansei de falar, receber insultos velados aqui dentro desta Casa. Eu sou uma pessoa séria e honesta. Jogando indireta: 'ah, vendeu rua', que eu já estou vendo essas conversas fiadas na rua aí: 'ah, Wesley participa do negócio de rua'. Eu quero que o Ministério Público investigue mesmo vereador que pede setecentos mil reais para empresário, para passar projeto de rua nessa Casa. Eu vou pegar cópia dessa Ata e vou mandar para o Ministério Público. Ah, que venha o Ministério Público investigar, venha o Ministério Público investigar. Vamos formalizar um pedido para o Ministério Público investigar todo mundo, investigar essa Casa. Eu queria mesmo que os vereadores que fizessem essa proposta para aproveitar TV Banqueta, para aproveitar plateia, fizesse e formalizasse o que falasse. Vamos ver o que vai sobrar no final. É muito moralismo para quem não tem como pregar moralismo, é muita coisa. Agora, querem levar adiante? Vamos levar adiante, eu topo junto com vocês. Inclusive o meu requerimento, eu vou pegar cópia dessa Ata, falando o que eu já falei aqui, tem três denúncias no Ministério Público, inclusive uma feita pelo prefeito, de vereador que pediu cinquenta mil reais para pátio de apreensão e está tudo parado, porque nessa cidade fica tudo parado. Então, eu rogo porque eu acredito que o novo representante do Ministério Público seja uma pessoa séria, o que está aí seja uma pessoa séria, porque eu não posso



atribuir as mesmas qualidades a anterior e tenho meus motivos para fazê-lo. Eu espero que o promotor que esteja aí leve adiante, porque aqui é muito falso moralismo”. Vereador Álvaro Alonso Perez Morais de Azevedo: “Presidente, pela ordem”. Vereador Flávio de Almeida: “Senhor Presidente”. Senhor Presidente: “vamos ser breve, a pauta é enorme, vamos ser breve. Com a palavra o vereador Álvaro”. Vereador Álvaro Alonso Perez Morais de Azevedo: “estou convidando todo mundo, até sexta-feira, eu formalizo isso, para quem se interessar assinar comigo, que o Ministério Público nos investigue, está todo mundo convidado, até sexta-feira, eu consigo formalizar a peça. E aí, nós vamos levantar muita coisa. Está satisfeito? Que bom”. Vereador Wesley de Jesus Silva: “eu vou ser o primeiro a assinar”. Vereador Álvaro Alonso Perez Morais de Azevedo: “segundo, o primeiro serei eu”. Vereador Wesley de Jesus Silva: “abaixo do nome do senhor, o senhor pode colocar o meu”. Vereador Álvaro Alonso Perez Morais de Azevedo: “perfeito”. Vereador Flávio de Almeida: “Senhor Presidente, questão de ordem. Realmente é muito moralismo para onde não cabe, muito. E o que eu falo aqui, eu falo em qualquer lugar, eu sou homem para discutir em Plenário, como vereador, de acordo com a lei federal, mas sou homem para discutir lá fora também. Não tem esse negócio comigo não, de onde eu venho, não tem esses negocinhos não, essas coisinhas não. Está aqui o projeto, 1.712, projeto este que eu fiz a denúncia na Polícia Civil, está aí, investigação melhor que essa? É uma rua, quantas vezes que eu ouvi ali atrás? Ouvir eu posso porque ouvir não é crime. Agora, eu não tomar atitude é outra coisa. Atitude eu tomei, a venda da rua está aqui. Quais vereadores sabiam disso aqui?”. Vereador



Álvaro Alonso Perez Morais de Azevedo: “quem votou contra, quem votou a favor?”.

Vereador Flávio de Almeida: “é isso, uai. Mas a rua voltou, a rua está aqui. Então,

Senhor Presidente, a qualquer momento, a qualquer hora, Ministério Público, Polícia Civil, eu estou aqui é para isso mesmo. Agora, é muita falta de moralismo mesmo,

muito criticar, diminuir a verba da Casa, mas fazer uso, é muito mesmo. No exato

momento, eu vou dar o nome, eu não preciso alterar a voz, quem altera a voz é quem

não tem a capacidade de discutir o assunto numa mesa. O prejuízo que foi dado ao

servidor público municipal para gerar cabide de emprego, vamos discutir”. Senhor

Presidente: “vamos falar na pauta, vereador”. Vereador Flávio de Almeida: “Senhor

Presidente, infelizmente não sou eu que fugiu da pauta não”. Senhor Presidente: “ele

pediu, eu concedi”. Vereador Flávio de Almeida: “mas eu não fugi não. Então, como

líder do Partido dos trabalhadores, eu estou falando”. Senhor Presidente: “vamos ser

breve, vereador”. Vereador Flávio de Almeida: “eu vou fazer melhor, estou tendo o meu

direito cerceado hoje aqui, pode ficar à vontade, eu devolvo a palavra para o senhor”.

Senhor Presidente: “eu não quero a palavra não”. Vereador Flávio de Almeida: “mas o

projeto está aqui”. Senhor Presidente: “através do senhor não, eu tenho direito à minha

palavra aqui, o senhor não precisa passar a palavra para mim não”. Vereador Flávio de

Almeida: “então, Senhor Presidente, se a pessoa falar, deixa o outro falar”. Senhor

Presidente: “eu estou pedindo para o senhor ser breve que a pauta está enorme”.

Vereador Flávio de Almeida: “Senhor Presidente, breve é quando eu terminar o

discurso. Pede para o outro vereador também ser breve, vamos ser justos”. Senhor



Presidente: “já pedi”. Vereador Flávio de Almeida: “Presidente, respeitei o senhor, respeito o senhor”. Senhor Presidente: “o senhor não tem me respeitado não”. Vereador Flávio de Almeida: “ah, respeitar o Presidente é você votar com o prefeito, não falta mais nada. Presidente, eu respeito o senhor, o senhor vai me respeitar, sabe por quê? Porque eu respeito o senhor sim”. Senhor Presidente: “respeita não”. Vereador Flávio de Almeida: “agora, o senhor acha que eu não votar contra o prefeito é desrespeitar”. Senhor Presidente: “não é isso não”. Vereador Flávio de Almeida: “não falta mais nada nesse país livre”. Senhor Presidente: “não mistura a bola não”. Vereador Flávio de Almeida: “ah, Presidente. Eu não vou falar aqui não porque aqui a gente não pode falar o que a gente pensa, mas no momento certo, eu falo com o senhor”. Vereador Tiago Almeida Tito: “Senhor Presidente, pela ordem”. Senhor Presidente: “eu estou com a palavra. Foi convocada aqui na Câmara uma audiência pública, a audiência pública era para falar da reforma, não era para membro do sindicato apresentar vereador candidato a prefeito, fizeram uma politicagem, usaram os coitados dos funcionários que vieram aqui. Eu assisti, é por isso que eu bato em cima, eu não pude vir, é por isso que eu bato em cima, o melhor contrato que eu já fiz nessa Câmara foi a TV porque ela mostra a verdade. Vereador tem que parar de, nas costas, ficar massacrando a Câmara o tempo todo, que a Câmara não faz isso. O direito do vereador é votar a favor, contra ou abster. O tempo todo fica falando isso aí, eu já estou cansado de ouvir isso aqui, as pessoas sentam no rabo dela e ficam falando dos outros. Então, o assunto está encerrado. Com a palavra o vereador Tito. Vamos ser breve porque a pauta está grande. E vou frisar,



sexta-feira, nova reunião e dia vinte e seis, nova reunião”. Vereador Tiago Almeida Tito: “bom dia a todos e todas, bom dia aos vereadores, público que nos assiste pela TV Banqueta. Eu vou voltar ao tema inicial, porque aqui vai se levando para outros temas, que a gente acaba não contribuindo nada com o dia a dia da nossa cidade, a não ser degradar ainda mais a imagem da Câmara. O que foi discutido e trazido aqui pelo Wesley foi a questão de um parágrafo de um artigo da lei que regulamenta o acesso controlado em loteamentos. Eu participei da audiência pública, eu discuti isso principalmente com o pessoal da Vila Castela, eu faço parte de comissão, eu li o projeto, eu estudei o projeto. Então, com muita tranquilidade, eu falo que eu não votei sem ler não, isso foi colocado aqui e eu não voto nenhum projeto aqui sem leitura, então eu fico muito tranquilo. A preocupação do vereador é pertinente, não acho que está incorreto não, mas ele mesmo colocou e vários outros colocaram: é interpretativo. E nós aqui estamos sendo prevenidos corretamente, a gente pode solicitar que o prefeito vete e a gente mantém o veto do prefeito a esse artigo, mas daí, colocar *sub judice*, me colocar *sub judice* eu não vou aceitar não, eu acho desrespeito e principalmente quando a gente fala que a gente vai solicitar ao MP ou à Polícia civil ou a qualquer um para nos fiscalizar. É nosso papel fiscalizar, o papel do vereador é exatamente esse: fiscalizar e criar leis, a gente pode fiscalizar um ao outro. Nós estamos nos eximindo aqui da prerrogativa, da nossa função e vamos outorgar isso a um outro poder? E a gente fala o tempo inteiro aqui de independência dos poderes, a gente vai trazer para dentro da Casa, nada contra, pode trazer também, sem problema nenhum, com a tranquilidade que



tenho, o Ministério Público, aqui dentro da Casa, para fazer o nosso papel de fiscalizar? Sinceramente, eu não estou entendendo. Eu acho que a gente está acalorando os discursos, visto que cada vez mais, o processo eleitoral se antecipa e a gente está querendo colocar essa Câmara em cheque. Eu acho que cada um de nós tem que refletir em relação a isso, se é esse papel mesmo que a gente quer prestar à população novalimense. Muito obrigado, Senhor Presidente”. Vereador Álvaro Alonso Perez Morais de Azevedo: “Presidente”. Senhor Presidente: “Álvaro, eu vou pedir a colaboração, um minuto, senão vão ficar outros vereadores pedindo ”. Vereador Álvaro Alonso Perez Morais de Azevedo: “vereador, eu sou testemunha de que o senhor atua de forma... Já disse isso em público, inclusive, que o senhor tem uma atuação aqui muito eficaz porque realmente é preocupado com o que tramita na Casa, sempre é questionador, apresenta emendas, ou seja, demonstrando que conhece o conteúdo dos projetos que por aqui passam. Mas sinceramente, vereador, a fala... E aí pode falar que não julgou, que julgou, o dia em que eu me preocupar com a opinião do vereador líder de governo, eu não estou batendo bem da cabeça, mas julgar da forma como julgou, sinceramente, eu não recebi bem essa informação. Então, que pelo menos o Ministério Público me investigue. Aí, agora, eu faço questão, porque colocar em cheque, deixando a entender que tem esse interesse no projeto, me poupe. O senhor leu, o senhor bem afirmou aí que leu o projeto. Momento nenhum foi essa a intenção, é uma demanda antiga do pessoal dos condomínios, que eu assumi esse compromisso de tratar aqui e a Casa cumpriu com o papel de deliberar e aprovar esse projeto. Agora, se tem essa dupla interpretação e eu



concordo, é interpretação, não está afirmando, deixar isso claro, não está afirmando que tem esse interesse, mas se deu a interpretação, vamos corrigir, não tem dificuldade nenhuma em corrigir isso. Inclusive contem comigo, se for interesse do prefeito de vetar esse artigo, não o projeto inteiro. Como eu disse aqui, inclusive no dia que o projeto foi aprovado, ele é basicamente pautado sobre os decretos já emitidos pelo prefeito, autorizando lá a concessão da... Fugiu o termo aqui, mas é como se fosse a institucionalização das portarias. Se deu essa interpretação, vamos deixar tudo claro, eu faço questão. Eu vou, eu mesmo, protocolar lá no Ministério Público, colocando essa situação trazida, de que tem essa interpretação e que investigue, que ouça todo mundo envolvido, as pessoas de interesse, que ouça as empreiteiras, se algum dia eu conversei com algum empreiteiro, faça o que quiser fazer, mas vasculhe a minha vida, aí vai ficar tudo muito claro para todo mundo”. Vereador Wesley de Jesus Silva: “Presidente, só para finalizar, o vereador Álvaro Azevedo...”. Senhor Presidente: “eu ia pedir ao senhor para não citar porque eu não vou dar a palavra para mais ninguém”. Vereador Wesley de Jesus Silva: “um minuto só. O vereador Álvaro Azevedo procurou o representante do governo, pedindo ao governo para não vetar o projeto de lei dele, em troca, iria votar o PERT e outros projetos GRANBEL e AMIG. Então, só essa atitude, por si só, já me causa muita estranheza, não vou falar aqui para acabar com esse tipo de negócio”. Vereador Álvaro Alonso Perez Morais de Azevedo: “Presidente, mas aí, eu vou ter que responder também. Eu não vou citar não, pode ficar tranquilo”. Senhor Presidente: “pedir ao vereador Álvaro para não citar porque... Ok? Com a palavra o vereador



Álvaro, um minuto”. Vereador Álvaro Alonso Perez Morais de Azevedo: “o que eu falei na sessão passada? Conversei com o Stéfano sim, não lembro que dia, mas o que eu fiz na semana passada? Eu demostrei vontade de votar o PERT? Ou eu li um parecer demonstrando que ele está completamente irregular e ilegal? O senhor vai votar o PERT, pois é, não é o senhor que falava que ia seguir Regimento, que ia seguir legislação? E agora, vereador? Como que o senhor vai se posicionar, sabendo que o projeto é ilegal e vai aprovar? Estranho, não é? Sim, é a minha opinião e são os fatos. Agora, tudo que eu apresento de projeto de lei, essa Casa vai lá, aprova, aí o prefeito faz birrinha e veta. Deste tamanho, não é? Pequeno de espírito, pobreza de espírito. Finalizei, Presidente”. Logo após, o Senhor Presidente comunicou que a Ata da Reunião Especial do dia vinte e dois de novembro de dois mil e dezoito, a Ata da Reunião Ordinária do dia vinte e sete de novembro de dois mil e dezoito, a Ata da Reunião Ordinária do dia quatro de dezembro de dois mil e dezoito, a Ata da Reunião Solene do dia seis de dezembro de dois mil e dezoito, a Ata da Reunião Ordinária do dia onze de dezembro de dois mil e dezoito, e a Ata da Reunião Extraordinária do dia quatorze de dezembro de dois mil e dezoito foram encaminhadas aos gabinetes para os vereadores conferirem-nas. Colocou-as em discussão, vereador Wesley de Jesus Silva: “pela ordem, Presidente. Eu vou me abster só da Ata do dia seis porque eu não estive presente”. Senhor Presidente: “sim, senhor”. O Plenário aprovou as cinco Atas por dez votos, a Ata da Reunião Solene do dia seis de dezembro de dois mil e dezoito foi aprovada por nove votos, com a abstenção do vereador Wesley de Jesus Silva.



Continuando, o Senhor Presidente solicitou a leitura das proposições que deram entrada na Casa: 1) Projeto de Resolução nº 153/2018, autoria do vereador Álvaro Alonso Perez Morais de Azevedo, que “Cria, no âmbito da Câmara Municipal de Nova Lima, a Comissão Permanente em Defesa da Juventude, da Criança e do Adolescente”. Vereador Alessandro Luiz Bonifácio: “Senhor Presidente, pedir ao autor desse projeto se eu posso assinar com ele esse projeto. Obrigado, vereador”. Após leitura do projeto, foi encaminhado à Comissão de Legislação e Justiça para emissão de parecer. 2) Projeto de Decreto Legislativo nº 365/2018, autoria do vereador Álvaro Alonso Perez Morais de Azevedo, que “Concede Título de Cidadão Honorário de Nova Lima ao Sr. Guilherme Caldas Emrich”. Encaminhado à Comissão Especial, nomeada pelo Senhor Presidente, composta pelos vereadores Fausto Niquini Ferreira, José Carlos de Oliveira e Ederson Sebastião Pinto, para emissão de parecer. 3) Projeto de Lei nº 1.750/2018, autoria do vereador José Carlos de Oliveira, que “Denomina Unidade de Saúde “Carmelita Penido de Barros” localizada no Bairro Jardim Canadá”. Encaminhado à Comissão de Legislação e Justiça para emissão de parecer. 4) Projeto de Lei nº 1.751/2018, autoria do Poder Executivo, que “Acrescenta o parágrafo único ao artigo 1º da Lei Municipal nº 2.622 de 29 de dezembro de 2017 e dá outras providências”. Após leitura do projeto, vereador Fausto Niquini Ferreira: “Senhor Presidente, pela ordem. Eu gostaria que o senhor consultasse o Plenário para a dispensa de interstícios e pareceres nesse projeto, porque muita gente tem trabalhado para a liberação dessa verba, que é uma verba que está represada no Estado desde vinte de janeiro de dois mil e onze, trata-se de



novecentos e trinta e três mil, novecentos e trinta e três reais, isso é uma verba do Fundo Nacional de Saúde, do Programa Rede Resposta Hospitalar Urgências, e vai auxiliar muito no pagamento do décimo terceiro dos funcionários do hospital. Muito obrigado”.

Senhor Presidente: “consultar o Plenário sobre a solicitação do vereador Fausto Niquini. Os vereadores que concordam permaneçam como estão. Aprovada, dez votos”.

Prosseguindo, o Senhor Presidente solicitou a leitura do Parecer da Comissão de Legislação e Justiça referente ao Substitutivo ao Projeto de Lei Complementar nº 1.735/2018, autoria do Poder Executivo, que “Estabelece alterações e acréscimos redacionais na Lei Complementar nº 2.590, de 1º de agosto de 2017, e dá outras providências”. Antes da leitura do parecer, vereador Silvânio Aguiar Silva: “Senhor Presidente, eu vou pedir licença da reunião, estou fazendo isso em Plenário para não ser acusado de estar abandonando a reunião. Tem projetos nesta pauta que a gente não concorda com eles e a única estratégia que a gente tem é realmente esvaziar a reunião. Então, é só a minha justificativa. Muito obrigado, Senhor Presidente”. Vereador Wesley de Jesus Silva: “os funcionários do hospital, gente, o décimo terceiro vai cair só em janeiro e a culpa não é minha”. Senhor Presidente: “a culpa não é nossa. Eu gostaria que anotasse, nas anteriores eu pedi, sempre que anotasse os vereadores ausentes. É um direito deles, não concordo muito com isso não, mas nesse mandato, infelizmente, as coisas estão indo pelo buraco abaixo. Obrigado. Está terminada a reunião”. Vereadores ausentes do Plenário: Alessandro Luiz Bonifácio, Álvaro Alonso Perez Morais de Azevedo, Fausto Niquini Ferreira, Flávio de Almeida, Silvânio Aguiar Silva e Tiago



Almeida Tito. Vereadores presentes no Plenário: Ederson Sebastião Pinto, José Carlos de Oliveira, José Guedes e Wesley de Jesus Silva. _____